

# Depressão e verdade de si: análise de testemunhos presentes no jornal O Globo

Augusto Flamaryon Bozz  
João Freire Filho

## Resumo:

Na esteira de pesquisas desenvolvidas sobre a experiência do sofrimento psíquico na mídia brasileira, este trabalho analisa os testemunhos de pessoas que afirmam ter sofrido de depressão e que foram publicados no jornal *O Globo* entre os anos de 1990 e 1995. A escolha do recorte se deve, em primeiro lugar, ao fato de que nessa época a imprensa brasileira começa a sinalizar algumas mudanças na relação entre a percepção social sobre a depressão e a posição da testemunha; em segundo lugar, pelo fato de que o jornal se afirma como um veículo de comunicação de grande impacto na vida social dos brasileiros. Valeu-se do método arqueo-genealógico para analisar o arquivo extraído a partir do acervo *online* do jornal. Nos testemunhos estudados, percebeu-se que havia um jogo entre enunciados de caráter constativos e enunciados de caráter performativos. Ambos determinavam menos o fato narrado do que o modo de ser do sujeito. Instauravam também uma temporalidade circular, em que a qualificação de si através do passado era imprescindível para testemunhar.

**Palavras-chave:** Testemunho. Depressão. Verdade.

**Depression and self-truth: analysis of testimonies present in the newspaper *O Globo***

## Abstract:

In the wake of research on the experience of psychic suffering in Brazilian media, this work analyzes the testimonies of people who claim to have suffered from depression and which were published in the newspaper *O Globo* between the years 1990 and 1995. The choice of time period is due, firstly, to the fact that, at that time, Brazilian press began to signal some changes in the relationship between social perception of depression and witness' position; secondly, to the fact that the newspaper asserts itself as a communication vehicle with a great impact on Brazilians' social life. We used the archaeo-genealogical method to analyze the file extracted from the newspaper's online collection. In the testimonies studied, it was noticed that there was a game between statements of a constative nature and statements of a performative nature. Both determined less the narrated fact than the subject's way of being. They also established a circular temporality, in which the qualification of oneself through the past was essential to testify.

**Keywords:** Testimony. Depression. Truth.

Recebido em: 06.08.22

Aprovado em: 03.07.23

Augusto Flamaryon  
Bozz

Doutorando em comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista Doutorado Nota 10 da Faperj.

E-mail: augusto\_bozz@hotmail.com

João Freire Filho

Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-mail: joaofreirefilho@gmail.com

Estudos em Jornalismo e Mídia  
v. 20, n. 1, mar./jul. 2023.  
ISSNe 1984-6924

## Introdução

A verdade, a partir dos séculos VII e V a. c., tornou-se um dos modos de esclarecer o mundo e, logo cedo, uma arma verbal privilegiada nas relações entre indivíduos, fundamentando e legitimando exercícios de poder, práticas sociais e instituições (DETIENNE, 2013). A passagem do Mito para a Tragédia (VERNANT, 2014) sinaliza transformações profundas no contexto cultural da época que impactaram no discurso veraz: da verdade sobre os deuses que vem à luz pela esfinge, passa-se à verdade da testemunha que, com seus próprios olhos, diz a verdade do que viu e ouviu (FOUCAULT, 2018; 2014a; 2013). Neste ato de verdade mundana, o indivíduo torna-se o espectador da verdade e pode transmiti-la a alguém. Pouco a pouco, todavia, foi fundamental que os indivíduos se vissem na obrigação com a verdade ao modo da filosofia e da lógica aristotélica: obrigação de buscá-la, conhecê-la, zelá-la, sujeitar-se a ela, instá-la a aparecer. Na busca e no zelo com o conhecimento verídico, o indivíduo cumpria o papel de operador externo do ato pelo qual a verdade vinha à luz.

Mas também foi basilar para o pensamento veraz ocidental a obrigação de manifestar em verdade o que se é, de tornar-se objeto do verdadeiro e de ter, com a verdade de si mesmo, uma ascese, uma elaboração refletida, uma transformação de si por si. A partir do século V a. c., houve a vinculação entre a verdade e aquele que a diz, que pode a asseverar e não apenas ser o seu operador relativamente distante. Em outras palavras, houve uma profunda interação entre o epistemológico e os modos de ser (FOUCAULT, 2018; 2016; 2014b; 2011; 2010b; 2010d). A partir daí, e com modificações diversas, a relação entre subjetividade e verdade tornou-se capital, uma vez que a relação política entre os indivíduos – o governo de si e dos outros – requisitou que cada um prestasse contas sobre quem se é, descobrisse a verdade em si mesmo, lançasse um olhar refletido, examinando os próprios pensamentos, objetificando o corpo, as aflições, enfim, toda a efervescência do “Si mesmo” necessária para o convívio social.

Ainda que o pensamento contemporâneo herde dos gregos a obrigação com a verdade – não sem, é claro, ligeiras modificações –, segundo Foucault (2018a, p. 180) a subjetividade ocidental é fortemente cristã. Isso porque o cristianismo inventou a confissão, na qual permitiu codificar subjetividade e verdade em uma prática discursiva que tinha a função de revelar as faltas e torná-las o próprio ser de quem as enuncia. Pode-se citar, ainda, outras duas práticas discursivas importantes para o Ocidente que o protestantismo, por sua vez, inventou: a autobiografia e o testemunho de fé (VAZ; SANCHOTENE; SANTOS, 2021; 2018). Interessa compreender mais especificamente as penetrações do segundo nas práticas comunicacionais, e em contraposição à confissão, uma vez que ele apresenta algumas modificações cruciais para a vinculação do sujeito à verdade.

O *corpus* do trabalho abarca os testemunhos de pessoas que afirmaram sofrer depressão e foram veiculados no jornal *O Globo* entre os anos de 1990 e 1995. A escolha do recorte decorreu-se do fato de que, com a profunda penetração do neoliberalismo no Brasil, rearranjando as relações sociais, a experiência do sofrimento psíquico passou a ter um novo sentido e o discurso midiático a se comportar como verdadeiras pedagogias de si (SAFATLE; SILVA JÚNIOR; DUNKER, 2020; PELBART, 2016; SAINT-CLAIR, 2012). No campo da comunicação, algumas pesquisas mostraram a estreita correlação entre a nova experiência do sofrimento psíquico e a produção de subjetividade de pessoas que testemunham suas dores e sofrimentos nas redes sociais (PINHEIRO, 2019; VAZ, SANCHOTENE, SANTOS, 2021; 2018; VAZ, SANTOS, ANDRADE, 2014). Porém, seria o caso estudar o início dos anos 90 para escavar algumas camadas já sedimentadas nos testemunhos que hoje se proliferam na mídia.

As questões propulsoras deste trabalho são: como se dá o dizer-a-verdade de si mesmo no testemunho? De que modo a cena testemunhal se desdobra? Quais indivíduos estão qualificados a falar e quais a ouvir? Qual é a função de quem escuta e recolhe o testemunho? Quais mutações na manifestação de verdade o testemunho de pessoas com transtorno depressivo provocou em relação à confissão?

## Metodologia

Os testemunhos foram coletados através do acervo online do jornal. Através do termo “depressão”, filtramos as 3.953 menções destacadas pelo acervo em ordem cronológica. Inicialmente, excluiu-se as menções na qual o prefixo -de aparece inscrito separadamente da raiz -pressio (em expressões como: alto índice “de pressão”) e com sentido geoespacial (em expressões como: a baía constitui uma depressão de 15km etc.). Em seguida, excluiu-se os textos que não continham a fala de uma testemunha. Manteve-se apenas os textos em que pessoas com transtorno depressivo, integral ou parcialmente, abordavam a própria condição mental. No final, o corpus foi constituído por dez textos jornalísticos que continham testemunhos (cf. tabela 1). Vale ressaltar que, mesmo não sendo o escopo desta pesquisa, tais testemunhos integram narrativas jornalísticas e por isso estão cobertas por relações de poder e enquadramentos perceptivos que validam quem, entre tantas testemunhas possíveis, deve ser ouvido.

**TABELA 1 - Cronologia e algumas características dos textos jornalísticos em que os testemunhos foram coletados**

<b>Data</b>	<b>Caderno</b>	<b>Título</b>	<b>Gênero</b>	<b>Autoria</b>
01/05/1990	Jornais de Bairro	Membros do grupo espantam a depressão com encontros semanais	Reportagem	Sem autoria
01/06/1990	Jornais de Bairro	Gérson King Combo quer estar de novo nas paradas	Reportagem	Sem autoria
26/08/1990	Revista da TV	Malandra e santa na volta ao vídeo	Reportagem	Eliane Martins
23/03/1991	Jornais de Bairro	Comportamento dos recuperados revela preconceito da sociedade	Reportagem	Sem autoria
13/06/1993	Jornais de Bairro	“Vi vendo” com a força da poesia	Reportagem	Sem autoria
08/08/1993	Rio	Suicídio é a segunda causa de morte de jovens	Grande-reportagem	Cristina Grill

25/06/1994	Jornais de Bairro	Vitalidade e disposição depois dos 60: nos clubes e nas associações da Zona Norte, grupos redescobrem o prazer e a alegria de viver	Reportagem	Flávio Pessoa
08/07/1994	Rio	O novo parceiro que deu tranquilidade à vida de trapalhão: Dedé abraça a religião após fase de depressão	Reportagem	Carla Rocha
09/04/1995	Primeira Página	Adriana renasce para a TV	Entrevista	Renata Reis
12/12/1995	Segundo Caderno	A busca do equilíbrio: lutando contra a depressão, Renato Russo faz balanço e prepara novo disco da Legião	Reportagem	Luiz Henrique

Fonte: Elaboração laborado pelo autor a partir dos dados coletados no jornal *O Globo*.

Para a análise do discurso testemunhal, objeto deste artigo, recorreu-se ao procedimento arqueo-genealógico (FOUCAULT, 2015; 2014c; 2014d; 2000). O procedimento individualiza e descreve formações discursivas, procurando mapear configurações singulares que açambarcam discursos tomados como distintos. O método mostra como elementos discursivos inteiramente diferentes podem ser formados a partir de *regras* análogas, procedendo por conexões de mesma ordem. Ele também permite rastrear a descendência de conceitos perfeitamente diferentes, mas que ocupam, na estrutura do discurso, uma mesma posição. Até mesmo os sujeitos, que aparentam autenticidade e biografia irredutíveis, para a análise arqueo-genealógica, figuram como posições vazias na especificidade de uma prática discursiva, papéis previamente definidos na dispersão regrada do enunciado.

No que diz respeito à relação entre discurso e verdade, ao invés de tomar a prática testemunhal, dentro e fora do jornalismo, como aquilo que desvela uma verdade sempre presente, o procedimento arqueo-genealógico permite tomá-la como o que a produz, a extrai e a faz funcionar no real de que provém. Ou seja, aborda os testemunhos como uma dramaturgia discursiva, como cenas em que a verdade se manifesta e de um modo bem específico dentro de relações de poder e de gêneros textuais consolidados, como, por exemplo, o discurso jornalístico. Essas cenas são as leis gerais que estruturam a prática testemunhal. Para este trabalho, emprega-se três:

*a.* os papéis dos sujeitos e o *status* dos indivíduos em jogo. Por um lado, as condições internas do discurso que os sujeitos precisam respeitar: as categorias formais, as regras e os conceitos a serem seguidos para o sujeito ter acesso à verdade. Por outro lado, as condições externas que configuram posições: quem

pode dizer a verdade e quem pode escutá-la, quem pode decifrar em si mesmo o verdadeiro e quem pode atestá-lo, a que categoria social o sujeito precisa pertencer para colocar uma parte de si mesmo em discurso, qual é o seu *status*, em suma, as condições morais, sociais e culturais;

b. as modalidades enunciativas, os conceitos e estratégias que configuram o campo semântico, os diversos níveis em que sistemas de valores se opõem ou se associam. Ou seja, observar as instâncias de orientação discursiva, como o si mesmo é posto em discurso: sob que forma, fluindo através de que meios, solicitada por qual instância, a partir de quais modalidades ou estilos de linguagem e de que forma. Igualmente, descreve as regiões de silenciamento e de escuta que daí derivam e que possuem a função de consolo, compaixão, empatia, estímulo, mas também de desqualificação, negação etc.; e

c. a temporalidade lacunar, retalhada e ritualizada que constitui, organiza e distribui o presente do discurso, o que o precede, o torna possível e necessário, e o que o sucede, o prolonga e lhe concede recorrência. Ou seja, como o passado é posto em discurso, de que modo o presente é invocado, justificando quais ações, e, igualmente, como o futuro se torna inteligível, se promessa, se catástrofe ou se acaso, por exemplo.

### Características da confissão

Segundo Foucault (2018a; 2016; 2015; 2014b; 2011; 2010a,b,c,d), a confissão se inscreve nas estratégias de governo chamadas de poder pastoral e se desenrola em quatro momentos fundamentais (Cf. tabela 2). O pastor é aquele que conduz o rebanho, e cada um que o compõe, e orienta em direção ao amanhã prometido. Para que o pastor exerça seu governo, cada indivíduo deve obedecer ao guia e não ocultar nada dele. O governo pastoral produziu uma articulação sólida entre a salvação de si através de outrem (sujeitar-se à vontade do outro) e a obrigação de dizer tudo de si mesmo, de “fazer percorrer pelo discurso todos os segredos da sua alma, fazer [com] que os segredos da sua alma venham à luz e que, nessa ascensão à luz dos segredos da alma, a obediência ao outro seja total, exaustiva e perfeita” (FOUCAULT, 2014b, p. 242).

Essa renúncia de si ocorre a partir de uma suspeita de si incitada pela cristandade. Para o pastor, todo indivíduo é prenhe do gênio maligno capaz de ameaçar a salvação do rebanho. A suspeita de si implica em uma relação do indivíduo consigo mesmo na forma do exame de seus pensamentos, na análise detalhada, em sua discursivização minuciosa, de modo a discriminá-lo. Só através dessa incessante transformação em discurso dos pensamentos é possível “saber de onde vem o que penso, para decifrar enfim o poder de ilusão e de engano que não para de me habitar de ponta a ponta de minha existência” (FOUCAULT, 2014c, p. 278-279). Só o fato do sujeito falar a outrem o que se passa em si já permite discriminar a origem do pensamento, pois a enunciação em voz alta produz a vergonha e a culpa, faz coincidir o sujeito e a verdade do que se é. Em outras palavras, a confissão é uma hermenêutica de si que passa por uma verbalização contínua do próprio pensamento.

É a fala a outrem que permite o exame, que possibilita a decifração de si, que assegura a boa origem do pensamento, que lança luz ao espírito e, acima de tudo, produz no indivíduo modificações intrínsecas. Na medida em que o sujeito verbaliza seus pensamentos ao pastor, o que ele diz o qualifica de outra maneira em relação ao que é dito: a confissão purifica o pecador, expurga de seu corpo o mal, espanta o diabo. Na história do dizer-a-verdade sobre si, a confissão foi decisiva para vincular “o indivíduo à obrigação de buscar, no fundo de si mesmo e a despeito de tudo que poderia ocultar essa verdade, certo segredo [...] cujo esclarecimento, cuja manifestação [a outrem] deve ter importância decisiva em sua caminhada para a salvação” (FOUCAULT, 2018a, p. 80).

**TABELA 2 - As quatro cenas da confissão**

CENA	DESCRIÇÃO
Relação de dependência perante o pastor	Só há confissão em uma relação de poder no qual quem escuta pode rejeitar, negar, punir ou salvar quem confessa. Embora a verdade esteja no sujeito que verbaliza a si mesmo, ele é incapaz de percebê-la devido aos jogos de ilusão do pensamento. O pastor é aquele que detém os instrumentos de decifração capaz de extrair de quem confessa a verdade de difícil manifestação.
Afirmção custosa sobre o que se é	A confissão não é uma simples declaração que descortina o desconhecido. Ela requer certo esforço de enunciação dos pensamentos, requer um custo para descortinar o que se é. Os desvios na verbalização e a vergonha fazem parte desse esforço perpétuo.
Vinculação à verdade extraída e afirmada	Só há confissão quando o indivíduo é livre para se comprometer a ser o que se diz, a instaurar para si uma obrigação com a verdade, a reconhecê-la em si mesmo e se determinar culpado.
Modificação no modo de ser do sujeito	Armado com e vinculado à verdade, o sujeito pode se qualificar de outro modo em relação ao que ele diz. Na mesma proporção, a modificação de si é reconhecida pelo pastor, autenticada por sua competência, concedendo-lhe a salvação.

Fonte: Elaboração do autor a partir da obra de Foucault (2018a; 2016; 2015; 2014b; 2011; 2010a,b,c,d).

O princípio de discursivização de si, instaurado pela confissão, tornou-se fundamental para o ocidente: necessidade de fazer da verbalização o elo e a passagem entre o erro e a verdade, o desconhecido e o conhecido, o pecado e a salvação, o passado e o porvir; de fazer da linguagem a forma interior do sujeito. Essa necessidade de passar o que se é na forma do discurso foi prolongado pelo testemunho, mas com significativas modificações no estatuto do sujeito, do discurso e do outro. No próximo tópico, analisa-se algumas dessas modificações – por exemplo, a necessidade de verbalização em público e a culpabilização do outro – a partir do material empírico coletado, ou seja, dentro do enquadramento jornalístico.

### Características estruturais do testemunho

A prática testemunhal estudada se difere do papel de simples fonte jornalística. Quando inerente ao sistema de pensamento racional e objetivo proveniente da modernidade, a testemunha serve como prova, demonstração e conformidade com a realidade (FILINICH, 2017). Mas ver e ouvir já não qualificam mais a testemunha, pois indicam a separação do sujeito com o evento narrado (AGAMBEN, 2008; SELIGMANN-SILVA, 2020; 2008). O testemunho contemporâneo requer outra modulação da experiência do sujeito com o que é descrito. Não deve mais colocar-se na distância do olhar, mas na presença da experiência. Deste modo, a inseparabilidade da testemunha com o evento corrói a própria adequação do discurso exterior com o fato referenciado, produzindo uma modificação da ideia mo-

derna de mediação e representação. Essas observações permitem discernir melhor os termos em que se coloca este estudo e o problema do testemunho para o campo da comunicação.

Entre 1990 e 1995, em todos os textos analisados, os sujeitos testemunhais figuravam entre o meio e o final do texto, precisamente após a introdução do jornalista e a fala do especialista. Esta posição no texto indica que até 1995, as testemunhas funcionavam como conformidade com o “real”, técnica típica do jornalismo moderno. Mas o conteúdo dos testemunhos indica uma ambiguidade, posto que o assunto tratado não é um fato exterior ao sujeito, mas justamente interior a ele, aquilo que o indivíduo é. Em outro estudo, que analisou toda a década de noventa do jornal Folha de S. Paulo, constatou-se uma ligeira mudança no estatuto da palavra testemunhal dentro dos textos jornalísticos: ela deixou, pouco a pouco, de figurar como atestação do que é dito pelo jornalista para se tornar a palavra primeira, sem mediação introdutória do jornalista e do especialista. Ainda que durante os cinco anos de análise esta mudança no paradigma da *representação* não esteja concluída no jornal *O Globo*, o manifesto interesse da prática jornalística pela vivência de pessoas que dizem ter sofrido de depressão demonstra a já imperante correlação histórica entre subjetividade e discurso.

Seguindo a metodologia, dividiu-se a análise em três intertítulos: o primeiro aborda os papéis dos sujeitos no texto testemunhal, o segundo, o campo semântico inerente ao discurso, e o terceiro, a temporalidade interna que invoca um passado e um presente para o ato.

### Os personagens e seus papéis

Que personagens são iluminados pela prática testemunhal presente no jornal *O Globo* entre 1990 e 1995? Por um lado, artistas que se ausentaram das telas por força da depressão: “Após passar seis anos sem fazer novelas, a atriz Lady Francisco está distribuindo energia positiva nos bastidores”, “Gérson King Combo quer estar de novo nas paradas”. Por outro, pessoas anônimas e comuns que podem não aparecer nomeadas: “Crise de M. foi um choque para a família”, “Aos 27 anos, T. afirma já ter superado a tendência suicida”. Algumas seguem a premissa dos grupos de autoajuda, como Neuróticos Anônimos, Depressivos Anônimos e outros do mesmo gênero. No dia 24 de março de 1991, há o seguinte enunciado no caderno “Jornais de Bairro”:

Os neuróticos não desejam se identificar para a sociedade como tais e preferem que seus nomes não sejam revelados. Rejeitam fotos de frente para impedir o reconhecimento. Isto ainda retrata um certo preconceito, que marginaliza o doente e nega qualquer auxílio. (O GLOBO, 1991).

Outras, por sua vez, em menor número, fazem questão de vincular quem se é ao que diz. Marília Helianata, Maria Madalena Gomes e Cirene Bazílio, todas com mais de 60 anos, atrelam seus nomes ao testemunho porque sentem “como é importante existir para elas próprias e para o mundo” (O GLOBO, 1990). Este ponto sublinha a convivência do anonimato e da autenticidade que nos anos noventa ainda aparecem ligados na ambígua zona da autoestima e do preconceito da sociedade. O trabalho de Torres e Tucherman (2021) mostra o quanto o testemunho de mulheres com câncer de mama esteve marcado pela necessidade de romper os estigmas sociais. Os testemunhos de pessoas com transtorno depressivo também apontam para essa necessidade. Eles problematizam e pensam a sociedade como uma negatividade e a autoestima como o que há de mais valoroso.

Os papéis dos sujeitos e os personagens acionados se encavalam nessa problematização. O caráter autobiográfico que confere à palavra das testemunhas estudadas seu peso é efeito do cruzamento de duas potências discursivas. A etimolo-

gia do termo “testemunha” aponta para dois sentidos de situação-limite. *Hístōr*, em grego, e *testis*, em latim, indicam o indivíduo que: (1) juridicamente se põe como terceiro em um processo e que pode, por ter visto, ouvido ou saber algo, asseverar sobre aquilo que se julga; (2) que é capaz de discriminar, no curso dos eventos, o que de fato ocorreu. Já *martis*, em grego, e *superstes*, em latim, indicam o indivíduo que, por não renunciar a ser quem se é, vivenciou um evento danoso, sobreviveu a ele e pode recordá-lo, dando testemunho do que se passou. O papel na qual a testemunha contemporânea ocupa é a correlação dessas duas potências discursivas, a jurídica e a religiosa. Ambas se sustentam em modalidades enunciativas diferentes. O jurídico requer a constatação, a evidência, o olhar; o religioso, a performance e a existência como prova. Quando elas se cruzam, torna-se possível à testemunhal constatar algo nas exibições da existência: quem sofre pode asseverar na primeira pessoa, porque possui a competência de rememorar o evento e o experimentou no próprio corpo, reconhecendo-o como doloroso. Essa implicação é fundamental para a vinculação do indivíduo ao discurso, pois ela permite conciliar a experiência singular, única e intransferível à uma necessidade de falar e ver, de asseverar o que aconteceu, de obter justiça, reparação histórica, apoio ou salvação.

Se, de um lado, há a testemunha com potência discursiva, de outro há o antagonista. Estes são inúmeros (Cf. tabela 3) e atuam silenciosamente, podendo ocupar a extremidade mais próxima do monstruoso. O antagonista do testemunho é uma posição vazia, mas nomeável uma vez que assinala o evento que provoca a dor e o sofrimento. Seu papel no discurso testemunhal é sempre marcado pelo excesso, pela demasia, pela ascendência violenta e pela capacidade de subjugar alguém. Em outras palavras, aquele a quem o testemunho se opõe marca, no discurso, o excesso de poder que ameaça a existência e o curso mundano da realização.

**TABELA 3 - Os antagonistas geradores de depressão entre 1990 e 1995**

<i>Aquele a quem o testemunho se opõe</i>
Cotidiano monótono da aposentadoria
Morte de alguém da família
Desemprego
Fracasso na vida profissional
Pai repressor
Falsa imagem de si
Solidão
Tristeza
Separação da esposa
Violência urbana

Fonte: Elaboração própria.

O terceiro papel na dramaturgia testemunhal é desempenhado pelo jornalista e pelo público. Cabe ao jornalista instar, colher e distribuir o testemunho, mas nunca colocar-se como seu operador. Como agente do testemunho, presta-lhe um serviço ao lhe conceder o espaço público previamente já dado nas condições de possibilidade do testemunho, posto que todo testemunho é endereçado e requer a presença de um outro sujeito ao menos virtual que realize a compreensão do que é dito: a princípio, uma instância que se abre à fala como um apelo neutro e coletivo. Sem aquele que escuta, que abriga a palavra, a cena testemunhal se desdobraria suspensa no ar. Ela inclina-se àqueles que escutam, pois a força de sua palavra



repousa na amplitude que o outro é capaz de conceder. Este papel do público e do jornalista ganha contornos claros à medida que o testemunho se produz. Isto porque a função do público é duplicada pelos papéis do sujeito que diz e daquele a quem o testemunho se opõe.

### O campo semântico

O testemunho estudado distribui um quadro semântico que confere valor e qualidade aos sujeitos. Isto é crucial para a estrutura do discurso: é por meio dela que o testemunho instaura modificações no modo de ser do sujeito. A testemunha, munida das qualidades que sua experiência lhe confere, não busca demonstrar a validade absoluta de seu discurso. Ele só pode ser absoluto para a própria testemunha que vivenciou o evento. O que a testemunha busca é orientar o campo da ação humana. Seu discurso deve atuar. Assim, os testemunhos estudados são tributários de uma lógica em que o verdadeiro e o falso não possuem fronteiras tão nítidas. Daí que determinada atitude e condição do sujeito ganha expressão, relevo e importância.

A primeira camada semântica marca eventos negativos e instaura uma dicotomia no curso da vida. Entre os anos 1990 e 1995, há certa ambiguidade no campo semântico que sinaliza dois planos de inteligibilidade das ações humanas. Por um lado, indica a pequenez humana diante do poderoso acaso que recai sobre o indivíduo, provocando-lhe um choque, uma ligeira desestabilização emocional. É o caso, por exemplo, da morte ou demissão: “De repente, me vi sozinho no mundo. Passei a ser pai e mãe do meu filho e de mim mesmo. Caí em profunda depressão existencial” (O GLOBO, 1990). Por outro lado, a prática testemunhal se fundamenta em um mundo de escolha, um mundo no qual as pessoas podem optar – consciente ou inconsciente – por algo que as aprouver. Isso indica a forquedura na qual o indivíduo está lançado e na qual precisa tomar uma decisão entre um caminho e outro: escolher machucar alguém ou ser empático e gentil; escolher tomar consciência das injustiças ou aproveitar-se delas; escolher perceber a realidade ou iludir-se. O drama testemunhal se desenrola como joguete do acaso e num tempo demasiado humano, conflitual, em que os indivíduos são encarados como agentes de seus atos.

Coligam-se nessa primeira camada as palavras: sonho, casamento, morte e trabalho. Todas indicam um fluxo interrompido por força exterior ao sujeito. Mas infligir ou não o sofrimento é um termo que faz par com escolha, já que o testemunho pressupõe para o sujeito humano a categoria de agente, centro consciente de decisão, origem e causa produtora de todos os atos que dele decorrem e pelos quais é responsável. No testemunho, é natural empenhar-se a agir, a se engajar em uma opção. Assim, não há escolha sem um “eu” encarnado que seja a fonte da decisão. Embora a primeira camada semântica pareça contraditória, ela se organiza na segunda camada quando, após um evento traumático que interrompe o fluxo da vida, cabe ao próprio sujeito escolher o que deseja.

Após muitos anos de trabalho [...] senti que, com a aposentadoria, o cotidiano passava a representar uma fonte de depressão. Convidada por uma amiga a participar do Grupo da Terceira Idade, ela passou a ir aos encontros e, hoje, é uma das frequentadoras mais assíduas; [...] “Entrar para esse grupo foi o melhor remédio que poderia ter encontrado na minha vida. Consegui, através dos contatos que fiz aqui, superar a perda do meu filho, num acidente de automóvel”. (O GLOBO, 1990).

O domínio dos testemunhos estudados situa-se nessa zona fronteira em que as ações humanas individuais articulam-se com o campo extra-humano ou social, este que transpassa o sujeito particular e a ele escapa. Todo testemunho costura um plano maior que recebe as características do antagonista e um plano

menor que recebe as características da testemunha. O nível pessoal e social une-se após o evento doloroso.

[...] uma mulher diz que não consegue esquecer o relacionamento doentio que mantinha com o pai, extremamente repressor e autoritário. [...] Ela assumiu a personalidade do pai e, ao falar, mantém um tom nervoso e agressivo:

– Não consigo parar de falar um só minuto. Por causa desse trauma fiquei afastada do trabalho por meses. [...] Acho que [hoje] estou lidando melhor com isso. (O GLOBO, 1991).

O termo que se opõe à “violência” – entendido aqui como dominação de uns sobre outros – é “reconhecer”. A boa escolha caracteriza-se por não desejar exercer o poder sobre alguém e não repetir os gestos do antagonista, ou seja, trata-se de reconhecer a própria existência, quem se é. Entre um caminho e outro, são dois modos de coabitar o mundo de escolhas que está em jogo e no qual o fluxo do acaso é domesticado em favor de uma coesão temporal. A segunda camada qualifica os efeitos da escolha ao anexar determinados atributos ao sujeito. Ligado ao termo “sofrimento”, os testemunhos invocam as palavras: dor, tristeza, infortúnio, repressão, inadequação, solidão. Estas palavras instituem a figura da vítima e designam valores negativos em uma lógica causal. Primeiro, é causal, pois indicam uma série de escolhas passadas que ainda persistem no presente e que provocam sofrimento físico e psíquico. Há, deste modo, a recorrência da dominação que cliva a sociedade entre aqueles que causam sofrimento e aqueles que sofrem. Segundo, é instauradora da vítima, pois o conjunto de palavras indica que o sujeito que sofre não escolheu a dor, mas foi-lhe infligido a sua revelia. E se ele provoca a dor após o evento traumático é em decorrência de um efeito de retroalimentação no qual ele não domina nem tem controle.

A terceira disposição semântica dos testemunhos qualifica o bom caminho a partir de dois termos pareados: responsabilidade e identidade. É nesta camada que o testemunho apresenta uma ruptura temporal em seu interior e passa a designar o sujeito que diz não mais a partir de seu oposto, e sim a partir de suas próprias qualidades. Inicialmente, o diagrama semântico de responsabilidade e identidade se desenha na insatisfação de não poder escolher a própria imagem e o próprio destino. A indignação possui carga positiva, pois ela abre a vítima para uma iluminação do mundo e de si mesmo. É sua experiência enquanto sofredora que a investe de certo poder e a torna vencedora, revertendo a dominação. A dor transforma-se em identidade e responsabilidade a partir de uma revelação e uma conversão de si mesmo.

Sempre fui uma pessoa boazinha. Era uma ótima esposa, filha e amiga. Com o tempo fui descobrindo que não é bem assim. Hoje descobri que também preciso de ajuda. Preciso tirar minhas máscaras e mostrar do jeito que eu sou; (GLOBO, 1995);

Fiquei sozinho e comecei a questionar a razão de continuar vivendo. Eu tinha vergonha de pensar nisso [suicídio], mas pensava muito. Não achava que precisasse de ajuda e comecei a beber. Percebi que estava no fundo do poço e busquei ajuda. (GRILL, 1993)

Essa iluminação a respeito do caráter de escolha do mundo aparece associada às palavras com sentido de “missão”. Munido desse saber apreendido na experiência da dor, a testemunha escolhe o bom caminho – transformação de si que eleva a autoestima – e a estranha necessidade ocidental de levar ao próximo a sua palavra de esclarecimento e cura. Em primeiro lugar, a vítima investe seu discurso com a potência da justiça, capaz de esclarecimento e reparação da dor. Em segundo lugar, na propagação de sua história, a vítima investe seu discurso com a potência religiosa capaz de instituir a cura – a tomada de consciência e revelação de um amanhã prometido – a partir da enunciação da dor.

O que me segura é saber que também cumpro com o meu trabalho uma missão confiada a mim por Deus (ROCHA, 1994);

O livro nasceu de um momento de grande dor e o considero como um presente de Deus. [...] traz esperança e aponta a fé como instrumento para vencer obstáculos (GLOBO, 1993).

## A temporalidade

Sem dúvida, os papéis dos sujeitos, as suas funções e os campos semânticos evidenciam que o testemunho é clivado em três momentos: o da memória, o da revelação e o da promessa. Esse caráter tricotômico e circular do tempo reduplica, no próprio desenrolar da cena testemunhal e na vinculação do sujeito que diz ao que é dito, a forma triangular dos papéis e os três níveis de sentido. Entretanto, a cena testemunhal não é um drama em que o seu fim teleológico emerge, passo por passo, numa caminhada agonística entre os interlocutores ou entre o sujeito de conhecimento e o objeto a conhecer; não se escava uma verdade entranhada naquele que a diz, embora não a reconheça. O tempo da cena testemunhal é menos progressivo e mais performático.

A primeira cena se funda no jogo da memória. Ela não consiste em uma busca pela verdade do passado. Não se trata de descamar as lembranças, apenas. No recuo temporal, os testemunhos estudados evidenciam suas experiências dolorosas; eles extraem, um a um, o sofrimento de que fala. E os fazem a partir de estilos de enunciados constativos, demonstráveis e verificáveis. O afeto, neste ponto, torna-se o fiador primeiro do discurso testemunhal; já a sua propagação, sua proliferação acelerada de pessoa a pessoa, marca a sua constatação última, sua verificação com a realidade. Aqui, instala-se a dicotomia do primeiro campo semântico e a relação entre a testemunha e aquele a quem ela se opõe, no qual o acirramento do “verdadeiro e do falso” parecem operar. No mundo forçado e de escolhas a fazer, a memória encarnada é efeito do sujeito responsável hoje pela sua coesão interna e que sente em sua existência uma vocação singular.

Mas tais modalidades de enunciados constativos se submetem ainda a uma outra, performática, onde o que é dito não se separa de um ritual que organiza quem diz, quem escuta, quem se opõe e o espaço no qual se desenrola. No testemunho, o passado faz funcionar o presente da fala. É por ter vivenciado e poder acessar esse passado de sofrimento que a testemunha, e unicamente ela, pode pronunciá-lo. É-lhe intrínseco. A memória, portanto, não serve apenas à prova e à demonstração do sofrimento e da dor, mas qualifica o sujeito e o seu discurso, concede-lhe realidade. A memória, que inicialmente esmiúça, produz um tempo indiviso que oferece ao sujeito o tempo absoluto.

A segunda cena se funda no jogo da revelação. Como a memória, a revelação também submete uma diferença binária ao esquema circular. Ela traça uma diferença entre um “antes”, um “agora” e um “depois”. Tomar consciência de si, da possibilidade de escolher a própria imagem, de ser reconhecido como parte da humanidade, enfim, o processo de revelação permite à testemunha, no ato mesmo de testemunhar, forjar para si uma certa singularidade que a distingue em qualidade e grau dos outros sujeitos: eis o “agora” do testemunho, o ato de destacamento, o sentimento extraordinário de si.

Por instar a conversão do sujeito, uma passagem da inconsciência à consciência da dor, os testemunhos replicam essa conversão na estrutura de seu discurso, em seu modo de afiançar: insta quem o lê, ouve-o ou o assiste a perceber em si as mesmas marcas do sofrimento ou a se perceber como o causador de sofrimento. A partir da experiência individual, os testemunhos passam a uma experiência coletiva, plural. E se essa passagem é possível, concedendo ao relato uma força dispersiva de difícil bargagem, é porque o testemunho não se dirige mais àquele que causa a dor (o “antes” do testemunho). Doravante, ele se dirige a uma “causa” plural, que transe os indivíduos e que tem provocado más escolhas: ei-lo inclinado ao futuro (o “depois”). O testemunho

insta cada indivíduo a perceber em si as marcas do sofrimento e, de conversão em conversão, de relato em relato, constituir uma comunidade. Do social à experiência-limite individual e dessa experiência às situações-limite do social, este é o movimento temporal interno do testemunho que sua palavra reveladora e eficaz institui circularmente.

### Considerações finais

Os testemunhos estudados circulam no espaço público tendo o jornalismo como enquadramento. Ou seja, são testemunhos costurados pela narrativa testemunhal jornalística. É importante reconhecer essa invenção histórica do ofício jornalístico: a partir de testemunhos alheios, mediar e representar aquilo que já foi visto, ouvido e vivido. Entretanto, para fins de comparação com a confissão e tendo o olhar genealógico como método, vale destacar que o testemunho estudado, seguindo a longa tradição do pensamento ocidental, manifesta a verdade a partir de um jogo entre ausência e presença, impossibilidade e possibilidade, desconhecido e conhecido, vazio e inteireza. Mas este jogo, ao invés de se passar no interior do sujeito, como na confissão, ele se passa no exterior. A experiência singular e absoluta de quem sofre solapa a possibilidade de uma suspeita de si e de uma hermenêutica do fluxo do pensamento. Ela instaura, doravante, a subordinação do saber ao modo de ser. A verdade hoje é indissociável dessa relação entre enunciados constativos e enunciados performáticos que o testemunho colocou em cena e açambarcou inclusive os textos jornalísticos: verdade atestada pela exibição e que só pode se prolongar enquanto carregar em seu interior a tensão entre ausência e presença, experiência intransferível e mundo comum.

O testemunho, no qual este trabalho presta o exercício de pensamento, é uma invenção comunicacional e subjetiva recente, mas na qual, peça por peça, foi preciso um longo trabalho de maturação. Foi preciso que, no interior das práticas sociais, houvesse a emergência de um horizonte epistemológico no qual a experiência cotidiana da dor e sua publicização midiática fossem determinantes (FRANÇA *et. al.*, 2018; GERK; BARBOSA, 2018; LAGE, 2013; MOTTA; AMARAL, 2019; SACRAMENTO, 2016; VAZ; ROLNY, 2011; OLIVEIRA, 2010). Desse ponto de vista, pode-se dizer que o testemunho contemporâneo é uma invenção histórico-cultural no qual cruzam-se diversos vetores e forças, mas sem deixar de perder certa especificidade enquanto prática discursiva que vincula subjetividade e verdade. Nesse sentido, apenas, o testemunho, enquanto esquema de comunicação, instaura no seio da sociedade um novo tipo de espetáculo que marca e traduz aspectos da experiência humana da dor até então despercebidos ou pouco problemáticos.

### Referências

A CONSCIENTIZAÇÃO da terceira idade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1990. Caderno Jornais de Bairro.

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEPOIS da decadência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 de setembro de 1995. Caderno Revista da Folha.

DETIENNE, M. **Mestres da verdade na Grécia arcaica**. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2013.

FILINICH, M. I. Testemunho e veridicção. **Estudos Semióticos**, v. 13, n. 2, p.

136-142, 2017. DOI: [10.11606/issn.1980-4016.esse.2017.141617](https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2017.141617).

FOLHETOS facilitam identificação do doente com perguntas e testes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1991. Caderno Jornais de Bairro.

FRANÇA, V.; SOUZA, F.; LAGO, F.; LOPES, P. Testemunhos na mídia: o relato do sofrimento. **Comun. Mídia Consumo**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 531-551, set./dez. 2018 doi 10.18568/cmc.v15i44.1580.

FOUCAULT, M. **Malfazer, dizer verdadeiro**: a função da confissão em juízo: curso em Louvain, 1981. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2018b.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, M. **Aulas sobre a vontade de saber**: curso no Collège de France (1969-1970). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014a.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**: curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014b.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014c.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014d.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2010a.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**: curso no Collège de France (1981-1982). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V**: Ética, Sexualidade e Política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c.

FOUCAULT, M. **O Governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010d.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a Genealogia e a História. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Forense Universitária, 2000.

GRILL, C. Suicídio é a segunda causa de morte de jovens. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de agosto de 1993. Caderno Rio.

JEAN-PIERRE, V. **Mito e religião na Grécia antiga**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

LAGE, L. O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas. **Revista Contracampo**, v. 27, n. 2, ed. ago-nov, ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013. Pags: 71-88.

MOTTA, J.; AMARAL, M. Os lugares concedidos aos testemunhos nas narrativas televisivas de tragédias. In: BRUCK, M.; MORAIS, J.; OLIVEIRA, M. **Testemunhas e testemunhos do contemporâneo**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2019, p. 8-23.

OLIVEIRA, D. **Testemunho do cuidado de si no presente**: modos de sujeição na mídia evangélica. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Letras, Sergipe, 2010, 120f.

PINHEIRO, B. **Depressão, testemunho e subjetividade**: relatos autobiográficos de indivíduos classificados como depressivos na internet. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019, 150f.

ROCHA, C. O novo parceiro que deu tranquilidade à vida de trapalhão: Dedé abraça religião após fase de depressão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de julho de 1994. Caderno Rio.

SACRAMENTO, I. O espetáculo do trauma: narrativas testemunhais de celebridades sobre o bullying num programa de TV. **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 02, pp. 157-182, ago./nov., 2016.

SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs.) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAINT CLAIR, E. **A depressão como atualidade midiática no Brasil contemporâneo: fazendo o arquivo falar (1970-2010)**. Rio de Janeiro, 2012 (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SELIGMANN-SILVA, M. **História, Memória, Literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

TORRES, M.; TUCHERMAN, I. Fotografia e câncer: reflexões sobre a passagem do estigma ao testemunho. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cultura do **XXX Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP, 27 a 30 de julho de 2021, s/p, 21f.

VAZ, P.; SANCHOTENE, N.; SANTOS, A. Da salvação pela fé à cura pela autoestima: as origens religiosas do testemunho de vítima. **Galáxia**, n. 46, 2021, p. 1-22, doi <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2553202153254>.

VAZ, P.; SANCHOTENE, N.; SANTOS, A. “Gorda, sim! Maravilhosa, também!”: corpo, desejo e autenticidade em testemunhos de vítimas de gordofobia no YouTube. **Lumina**, v. 12, n. 2, p. 99-117, mai/ago. 2018

VAZ, P.; SANTOS, A.; ANDRADE, P. Testemunho e subjetividade contemporânea: narrativas de vítimas de estupro e a construção social da inocência. **LUMIA**, v. 8, n. 2, dezembro de 2014, p. 1-33.

VAZ, P.; ROLNY, G. Políticas de sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais. **Revista FAMECOS**, v. 18, n. 1, janeiro-abril de 2011, p. 212-234.

‘VI VENDENDO’ com a força da poesia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1993. Caderno Jornais de Bairro.